

# HUGO GOES

—

# MANUAL DE DIREITO **PREVIDEN CIÁRIO**

**17<sup>a</sup>**  
edição

revista  
e atualizada

- Em consonância com a jurisprudência atualizada dos Tribunais Superiores
- Gráficos e quadros esquemáticos
- Abordagem completa das matérias que compõem os editais dos principais concursos
- Referência a precedentes oriundos de deliberação dos tribunais no ano de 2021

# 17



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 18.03.2022
- O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Esta obra passou a ser publicada pela Editora Método a partir da 16ª edição.
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
*Copyright © 2022 by*  
**Editora Forense Ltda.**  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar  
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040  
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Anderson Pereira; adaptação por Rejane Megale
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

G543m  
17. ed.

Goes, Hugo, 1968-  
Manual de direito previdenciário / Hugo Goes. – 17. ed., rev. e atual. – Rio de Janeiro: Método, 2022.  
680 p.; 23 cm

Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-5964-529-9

1. Seguridade social – Brasil. 2. Previdência social – Brasil. 3. Serviço público – Concursos – Brasil.  
I. Título.

22-76595

CDU: 349.3(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

# SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1 – SEGURIDADE SOCIAL</b> .....	1
1 Origem e evolução legislativa da Previdência Social no Brasil.....	1
1.1 Lei Eloy Chaves e as Caixas de Aposentadorias e Pensões....	1
1.2 Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs).....	2
1.3 Funrural.....	3
1.4 Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).....	3
1.5 Novos benefícios previdenciários.....	4
1.6 Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS).....	4
1.7 Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.....	4
1.8 Vinculação Ministerial da Previdência Social.....	5
1.9 Leis básicas da Previdência Social.....	5
1.10 Arrecadação e fiscalização das contribuições previdenciárias...	6
1.11 A Previdência Social nas Constituições Federais.....	6
1.12 Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.....	10
1.13 Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal – FUNPRESP .....	10
2 Conceituação.....	11
2.1 Saúde.....	12
2.2 Assistência Social.....	12
2.3 Previdência Social.....	13
2.3.1 Regime Geral de Previdência Social.....	13
2.3.2 Regimes Próprios de Previdência Social dos servidores públicos e militares .....	13
2.3.3 Previdência Complementar.....	16
3 Princípios constitucionais da Seguridade Social.....	18
3.1 Universalidade da cobertura e do atendimento (CF, art. 194, parágrafo único, I) .....	18
3.2 Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços entre as populações urbanas e rurais (CF, art. 194, parágrafo único, II).....	18
3.3 Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços (CF, art. 194, parágrafo único, III).....	19

3.4	Irredutibilidade do valor dos benefícios (CF, art. 194, parágrafo único, IV) .....	19
3.5	Equidade na forma de participação no custeio (CF, art. 194, parágrafo único, V).....	23
3.6	Diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social (CF, art. 194, parágrafo único, VI) .....	24
3.7	Caráter democrático e descentralizado da administração – gestão quadripartite (CF, art. 194, parágrafo único, VII).....	26
3.8	Preexistência do custeio em relação ao benefício ou serviço (CF, art. 195, § 5º).....	26
3.9	Anterioridade nonagesimal (CF, art. 195, § 6º) .....	27
3.10	Solidariedade (CF, art. 3º, I, e <i>caput</i> do art. 195).....	28
4	Dispositivos constitucionais referentes à Previdência Social .....	28
4.1	Caráter contributivo.....	28
4.2	Filiação obrigatória.....	28
4.3	Equilíbrio financeiro e atuarial .....	29
4.4	Garantia do benefício mínimo .....	29
4.5	Atualização monetária dos salários de contribuição.....	29
4.6	Preservação do valor real dos benefícios.....	29
4.7	Contagem recíproca do tempo de contribuição .....	30
4.8	Proibição de critérios diferenciados para concessão de aposentadoria .....	31
4.9	Sistema especial de inclusão previdenciária .....	32
4.10	Previdência Complementar facultativa.....	33
5	Organização da Seguridade Social.....	33
5.1	Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS.....	33
5.1.1	Composição do CNPS .....	33
5.1.2	Competência do CNPS.....	34
5.1.3	Competência dos órgãos governamentais .....	34
5.1.4	Publicidade das resoluções.....	34
5.1.5	Reuniões do CNPS.....	35
5.1.6	Estabilidade no emprego dos representantes dos trabalhadores.....	35
5.2	Conselhos de Previdência Social – CPS .....	35
5.2.1	Composição.....	35
5.3	Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS.....	36
	<i>Exercícios de Fixação</i> .....	37

<b>CAPÍTULO 2 – LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....</b>	<b>49</b>
1 Lei e legislação.....	49
2 Fontes .....	49
3 Autonomia .....	52
4 Aplicação.....	52
5 Vigência.....	54
6 Hierarquia.....	55
7 Interpretação .....	56
8 Integração .....	57
8.1 Analogia.....	57
8.2 Princípios gerais da Seguridade Social.....	57
8.3 Princípios gerais do Direito.....	57
8.4 Equidade.....	57
<i>Exercícios de Fixação .....</i>	<i>58</i>
 <b>CAPÍTULO 3 – REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....</b>	 <b>61</b>
1 Introdução .....	61
2 Beneficiários do Regime Geral de Previdência Social .....	61
2.1 Segurados obrigatórios.....	62
2.1.1 Segurado empregado.....	63
2.1.2 Segurado empregado doméstico .....	73
2.1.3 Segurado trabalhador avulso .....	75
2.1.4 Segurado especial.....	77
2.1.4.1 Regime de economia familiar .....	78
2.1.4.2 Local da residência do segurado especial .....	78
2.1.4.3 Produtor rural .....	78
2.1.4.4 Pescador artesanal .....	80
2.1.4.5 Cônjuge, companheiro e filho maior de 16 anos de idade.....	81
2.1.4.6 Não descaracterização da condição de segurado especial .....	82
2.1.4.7 Membro do grupo familiar que possui outra fonte de rendimento...	83
2.1.4.8 Data da exclusão do segurado especial .....	84
2.1.4.9 Comprovação da atividade rural..	85
2.1.5 Segurado contribuinte individual.....	86
2.1.6 Situações específicas .....	99
2.1.6.1 Dirigente sindical.....	99
2.1.6.2 Aposentado que volta a trabalhar...	99

	2.1.6.3	Trabalhador que exerce mais de uma atividade.....	100
	2.1.6.4	Enquadramento realizado pela fiscalização .....	100
2.2		Segurado facultativo.....	100
2.3		Dependentes .....	102
	2.3.1	Cônjuge.....	102
	2.3.2	Companheira e companheiro .....	103
	2.3.3	Companheiros homossexuais.....	105
	2.3.4	Filhos.....	105
	2.3.5	Equiparados a filhos.....	107
	2.3.6	Os pais .....	108
	2.3.7	Irmãos .....	109
3		Filiação do segurado.....	109
4		Inscrição do segurado .....	109
5		Inscrição do dependente.....	111
	5.1	Comprovação do vínculo e da dependência econômica.....	111
6		Trabalhadores excluídos do RGPS.....	112
		<i>Exercícios de Fixação</i> .....	113

**CAPÍTULO 4 – MANUTENÇÃO E PERDA DAS QUALIDADES DE SEGURADO E DE DEPENDENTE.....**

			125
1		Manutenção da qualidade de segurado .....	125
2		Direitos preservados durante o período de graça.....	128
3		Perda da qualidade de segurado .....	128
	3.1	Efeitos da perda da qualidade de segurado .....	129
4		Contribuinte individual em débito com a Previdência.....	130
5		Perda da qualidade de dependente.....	131
		<i>Exercícios de Fixação</i> .....	135

**CAPÍTULO 5 – PRESTAÇÕES DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....**

			139
1		Conceitos introdutórios .....	140
	1.1	Carência.....	141
		1.1.1 Contagem do período de carência .....	141
		1.1.2 Contagem da carência para o segurado especial.....	143
		1.1.3 Benefícios sujeitos a carência .....	145
		1.1.4 Perda da qualidade de segurado.....	146
	1.2	Salário de benefício (SB).....	147
		1.2.1 Cálculo do salário de benefício.....	148

	1.2.2	Salário de benefício do segurado que contribuir em razão de atividades concomitantes .....	151
1.3		Limites da renda mensal do benefício .....	151
	1.3.1	Reajustamento do teto do RGPS .....	152
	1.3.2	Revisão do teto do RGPS nas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/2003 .....	152
1.4		Reajustamento do valor do benefício .....	153
1.5		Data de pagamento dos benefícios.....	155
1.6		Acidente do trabalho.....	156
	1.6.1	Hipóteses equiparadas a acidente do trabalho....	156
	1.6.2	Nexo técnico epidemiológico.....	157
	1.6.3	Comunicação do Acidente de Trabalho – CAT .....	158
	1.6.4	Dia do acidente .....	158
	1.6.5	Estabilidade no emprego .....	158
2		Benefícios do RGPS.....	159
	2.1	Aposentadoria por incapacidade permanente .....	159
	2.1.1	Verificação da incapacidade.....	159
	2.1.2	Doença preexistente.....	160
	2.1.3	Beneficiários.....	160
	2.1.4	Carência .....	161
	2.1.5	Renda mensal inicial.....	161
	2.1.5.1	Acréscimo de 25%.....	162
	2.1.6	Data de início da aposentadoria por incapacidade permanente.....	163
	2.1.7	Cessação do benefício.....	164
	2.1.8	Situação trabalhista do empregado.....	165
	2.2	Aposentadoria programada.....	166
	2.2.1	Aposentadoria programada do professor .....	167
	2.2.2	Beneficiários.....	168
	2.2.3	Carência .....	168
	2.2.4	Renda mensal inicial.....	169
	2.2.5	Data do início do benefício .....	169
	2.2.6	Data da cessação do benefício .....	169
	2.3	Aposentadorias com adoção de requisitos ou critérios diferenciados.....	170
	2.3.1	Aposentadoria da pessoa com deficiência.....	170
	2.3.1.1	Beneficiários.....	172
	2.3.1.2	Carência.....	172
	2.3.1.3	Renda mensal inicial.....	172
	2.3.2	Aposentadoria especial.....	174

	2.3.2.1	Comprovação da exposição.....	175
	2.3.2.2	Agentes prejudiciais à saúde.....	176
	2.3.2.3	Conversão de tempo especial em tempo comum.....	179
	2.3.2.4	Impossibilidade de conversão de tempo comum para especial.....	179
	2.3.2.5	Beneficiários.....	179
	2.3.2.6	Carência.....	180
	2.3.2.7	Renda mensal inicial.....	180
	2.3.2.8	Aposentado que permanece em atividade ou que a ela retorna.....	180
	2.3.2.9	Data de início do benefício.....	180
	2.3.2.10	Cessação do benefício.....	181
2.4		Aposentadoria por idade do trabalhador rural.....	182
	2.4.1	Beneficiários.....	182
	2.4.2	Carência.....	183
	2.4.3	Renda mensal inicial.....	183
2.5		Aposentadoria compulsória dos empregados das estatais.....	183
2.6		Regras de transi�o para as aposentadorias do RGPS.....	184
	2.6.1	Regra de transi�o do art. 15 da EC 103/2019...	184
	2.6.2	Regra de transi�o do art. 16 da EC 103/2019...	187
	2.6.3	Regra de transi�o do art. 17 da EC 103/2019...	189
	2.6.4	Regra de transi�o do art. 18 da EC 103/2019...	191
	2.6.5	Regra de transi�o do art. 20 da EC 103/2019...	192
	2.6.6	Regra de transi�o do art. 21 da EC 103/2019...	194
2.7		Auxílio por incapacidade temporária.....	195
	2.7.1	Requerimento .....	195
	2.7.2	Verifica�o da incapacidade.....	195
	2.7.3	Doença preexistente.....	196
	2.7.4	Segurado recluso em regime fechado .....	196
	2.7.5	Segurado que exerce mais de uma atividade ...	196
	2.7.6	Beneficiários.....	197
	2.7.7	Carência.....	197
	2.7.8	Renda mensal inicial.....	197
	2.7.9	Data de início do benefício .....	198
	2.7.10	Cessa�o do benefício.....	199
	2.7.11	Prazo estimado para a dura�o do benefício...	200
	2.7.12	Situa�o trabalhista do empregado.....	200
2.8		Auxílio-acidente.....	201
	2.8.1	Situa�o es que d�o direito ao auxílio-acidente..	202
	2.8.2	Situa�o es que não d�o direito ao auxílio- -acidente .....	204

	2.8.3	Perda da audição.....	204
	2.8.4	Beneficiários.....	205
	2.8.5	Acumulação.....	205
	2.8.6	Carência .....	206
	2.8.7	Renda mensal inicial.....	206
	2.8.8	Data de início do benefício .....	206
	2.8.9	Cessação do benefício.....	207
2.9		Salário-família.....	208
	2.9.1	Beneficiários.....	208
	2.9.2	Carência .....	208
	2.9.3	Renda mensal do benefício.....	208
	2.9.4	Pagamento do salário-família .....	210
	2.9.5	Data de início do benefício .....	211
	2.9.6	Suspensão do benefício.....	211
	2.9.7	Cessação do benefício.....	211
2.10		Salário-maternidade.....	212
	2.10.1	Parto .....	213
	2.10.2	Aborto não criminoso.....	213
	2.10.3	Adoção de crianç�a .....	213
	2.10.4	Beneficiários.....	214
	2.10.5	Situação da desempregada.....	215
	2.10.6	Carência .....	216
	2.10.7	Renda mensal do benefício.....	216
	2.10.8	Pagamento do salário-maternidade .....	217
	2.10.9	Incidência de contribuição previdenciária .....	218
	2.10.10	Requerimento do benefício.....	219
	2.10.11	Acumulação.....	219
	2.10.12	Período de duração .....	220
	2.10.13	Programa Empresa Cidadã .....	220
	2.10.14	Suspensão do benefício.....	221
	2.10.15	Cessação do benefício.....	221
	2.10.16	óbito do beneficiário .....	221
2.11		Pensão por morte.....	223
	2.11.1	Morte presumida.....	223
	2.11.2	Beneficiários.....	224
	2.11.3	�bito ocorrido após a perda da qualidade de segurado.....	228
	2.11.4	Carência .....	229
	2.11.5	Renda mensal inicial.....	229
	2.11.6	Cessação do pagamento da cota individual.....	231

	2.11.7	Suspensão provisória do pagamento da cota individual.....	233
	2.11.8	Cessação do benefício.....	233
2.12		Auxílio-reclusão .....	234
	2.12.1	Beneficiários.....	235
	2.12.2	Carência .....	236
	2.12.3	Requerimento do benefício.....	236
	2.12.4	Óbito do segurado recluso.....	236
	2.12.5	Renda mensal inicial.....	237
	2.12.6	Data de início do benefício .....	237
	2.12.7	Suspensão do benefício.....	237
	2.12.8	Cessação do pagamento da cota individual.....	237
	2.12.9	Cessação do benefício.....	238
2.13		Abono anual .....	239
	2.13.1	Forma de cálculo .....	239
	2.13.2	Quando é pago.....	240
3		Serviços do RGPS .....	240
	3.1	Habilitação e reabilitação profissional.....	240
	3.1.1	Beneficiários.....	240
	3.1.2	Carência.....	240
	3.1.3	Processo de habilitação e reabilitação profissional .....	240
		3.1.3.1 Fornecimento de equipamentos....	241
		3.1.3.2 Programação profissional.....	241
		3.1.3.3 Conclusão do processo.....	241
	3.1.4	Obrigação das empresas .....	242
	3.2	Serviço Social .....	242
4		Acumulação de benefícios.....	243
5		Aposentado que permanece em atividade ou que a ela retorna.....	244
6		Aposentadoria como causa da extinção da relação de trabalho dos ocupantes de cargo, emprego ou função pública.....	245
7		Valores que podem ser descontados dos benefícios.....	246
8		Recebimento de benefício por meio de procuração.....	248
9		Benefício devido a beneficiário civilmente incapaz.....	249
10		Desaposentação.....	249
11		Programa permanente de revisão dos benefícios .....	251
12		Comprovação de vida.....	251
13		Contagem recíproca de tempo de contribuição .....	252
14		Período de atividade do contribuinte individual alcançado pela decadência.....	254
15		Comprovação do tempo de contribuição.....	255
		<i>Exercícios de Fixação</i> .....	256

<b>CAPÍTULO 6 – EMPRESA E EMPREGADOR DOMÉSTICO: CONCEITO PREVIDENCIÁRIO.....</b>	<b>275</b>
1 Empresa.....	275
1.1 Equiparados a empresa.....	276
2 Empregador doméstico .....	277
<i>Exercícios de Fixação</i> .....	277
<b>CAPÍTULO 7 – FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL.....</b>	<b>279</b>
1 Contribuição da União.....	280
2 Receitas das contribuições sociais.....	281
2.1 Natureza jurídica das contribuições sociais.....	281
2.2 Competência para instituição das contribuições sociais.....	284
2.3 Contribuições sociais previdenciárias .....	284
2.3.1 Contribuição previdenciária do segurado .....	284
2.3.1.1 Contribuição do empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso .....	285
2.3.1.2 Contribuição do contribuinte individual.....	287
2.3.1.3 Contribuição do segurado especial .....	294
2.3.1.4 Contribuição do segurado facultativo.....	298
2.3.1.5 Arrecadação e recolhimento das contribuições dos segurados.....	299
2.3.2 Contribuição previdenciária da empresa.....	300
2.3.2.1 Contribuição da empresa sobre a remuneração de empregados e trabalhadores avulsos.....	301
2.3.2.2 Contribuição da empresa sobre a remuneração de contribuintes individuais.....	303
2.3.2.3 Contribuição da empresa para o RAT (antigo SAT).....	304
2.3.2.4 Contribuição adicional ao RAT para o custeio da aposentadoria especial .....	306
2.3.2.5 Instituições financeiras .....	308
2.3.2.6 Desoneração da folha de pagamento.....	308
2.3.2.7 Contribuição da associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional.....	310

	2.3.2.8	Contribuição da agroindústria.....	311
	2.3.2.9	Contribuição do produtor rural pessoa jurídica.....	312
	2.3.2.10	Contribuição do empregador rural pessoa física.....	313
	2.3.2.11	Contribuição da empresa optante pelo Simples Nacional.....	314
	2.3.2.12	Contribuição patronal do micro- empreendedor individual.....	315
	2.3.2.13	Entidade beneficente de assistência social que atenda às exigências estabelecidas em lei.....	315
	2.3.2.14	Resumo das contribuições previ- denciárias patronais.....	316
	2.3.2.15	Contribuição da empresa para outras entidades e fundos (tercei- ros).....	319
	2.3.3	Contribuição previdenciária do empregador doméstico.....	319
	2.3.4	Contribuição previdenciária decorrente de ação trabalhista.....	320
	2.3.5	Divulgação do resultado financeiro do RGPS...	322
2.4		Contribuições sociais não previdenciárias.....	322
	2.4.1	COFINS.....	323
	2.4.2	CSLL.....	323
	2.4.3	PIS/PASEP.....	324
	2.4.4	PIS/PASEP-Importação e COFINS-Importa- ção.....	324
	2.4.5	Contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos.....	325
2.5		Desvinculação das Receitas da União (DRU).....	325
3		Receitas de outras fontes.....	326
4		Salário de contribuição.....	327
	4.1	Conceito de salário de contribuição.....	328
	4.2	Parcelas integrantes e não integrantes do salário de contri- buição.....	329
	4.2.1	Parcelas integrantes do salário de contribuição...	330
	4.2.2	Parcelas não integrantes do salário de contri- buição.....	342
	4.3	Proporcionalidade.....	357
5		Obrigações da empresa e dos demais contribuintes.....	357
	5.1	Obrigações da empresa.....	357
	5.2	Obrigações dos demais contribuintes.....	358

6	Prazo de recolhimento .....	360
7	Recolhimento fora do prazo: juros e multa.....	361
7.1	Juros de mora.....	361
7.2	Multa de mora .....	361
7.3	Multas de lançamento de ofício .....	363
7.3.1	Agravamento da multa de ofício .....	363
7.3.2	Redução da multa de ofício.....	363
	<i>Exercícios de Fixação</i> .....	364
<b>CAPÍTULO 8 – RETENÇÃO E RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA .....</b>		<b>377</b>
1	Retenção de 11%.....	377
1.1	Procedimento da retenção .....	378
1.2	Hipóteses de incidência da retenção .....	379
1.3	Empresa optante pelo Simples Nacional.....	380
1.4	Cooperativa de trabalho.....	381
1.5	Empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	381
1.6	Administração pública direta, autárquica e fundacional .....	381
1.7	Jurisprudência a respeito da retenção de 11% .....	381
2	Responsabilidade solidária.....	382
2.1	Responsabilidade solidária na construção civil .....	383
2.1.1	A responsabilidade solidária na construção civil será elidida .....	384
2.2	Empresas que integram grupo econômico.....	385
2.3	Produtores rurais integrantes de consórcio simplificado.....	385
2.4	Operador portuário e OGMO.....	385
2.5	Administradores públicos.....	386
2.6	Ato praticado sem apresentação da CND .....	386
2.7	Empresas integrantes de consórcio constituído nos termos dos art. 278 e art. 279 da Lei 6.404/76.....	386
2.8	Situações nas quais não há responsabilidade solidária.....	386
3	Responsabilidade dos administradores de pessoas jurídicas de direito privado .....	387
	<i>Exercícios de Fixação</i> .....	387
<b>CAPÍTULO 9 – OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.....</b>		<b>393</b>
1	DCTFWeb.....	394
2	eSOCIAL.....	395
3	EFD-Reinf.....	397
4	Folha de pagamento .....	398
5	Contabilidade.....	398

6	Matrícula da empresa.....	399
7	Matrícula de obra de construção civil.....	400
8	Matrícula do produtor rural pessoa física e do segurado especial ...	400
9	Obrigações acessórias específicas.....	401
9.1	Dos municípios.....	401
9.2	Das instituições financeiras.....	401
9.3	Dos cartórios de registro civil e de pessoas naturais.....	401
9.4	Órgãos públicos, autarquias, fundações e empresas públicas....	402
9.5	Segurado especial.....	402
10	Prazo de arquivamento de documentos.....	402
	<i>Exercícios de Fixação.....</i>	403

**CAPÍTULO 10 – COMPETÊNCIA PARA ARRECADAR, FISCALIZAR E COBRAR.....**

	<b>E COBRAR.....</b>	407
1	Competência da Secretaria da Receita Federal do Brasil.....	407
2	Competência do INSS.....	407
3	Exame da contabilidade.....	407
	<i>Exercícios de Fixação.....</i>	408

**CAPÍTULO 11 – CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO PREVIDENCIÁRIO.....**

	<b>RIO.....</b>	411
1	Lançamento por homologação.....	411
2	Confissão de dívida tributária.....	412
2.1	DCTFWeb.....	413
2.2	Lançamento de débito confessado.....	413
3	Lançamento de ofício.....	414
3.1	Auto de Infração.....	414
3.2	Notificação de Lançamento.....	414
	<i>Exercícios de Fixação.....</i>	415

**CAPÍTULO 12 – PARCELAMENTO.....**

	<b>PARCELAMENTO.....</b>	417
1	Condições para formalização do parcelamento.....	417
2	Prestações mensais acrescidas de juros.....	417
3	Contribuições que não podem ser objeto de parcelamento.....	418
4	Reparcelamento.....	418
5	Rescisão do parcelamento.....	418
6	Parcelamentos concedidos a Estados, Distrito Federal ou Municípios.....	419
	<i>Exercícios de Fixação.....</i>	419

<b>CAPÍTULO 13 – COMPENSAÇÃO, RESTITUIÇÃO E REEMBOLSO ...</b>	<b>423</b>
1    Compensação .....	423
1.1    Compensação de valores referentes à retenção de contribuições previdenciárias na cessão de mão de obra e na empreitada.....	423
1.2    Compensação de contribuições previdenciárias com outros tributos federais.....	424
1.3    Compensação de ofício.....	424
2    Restituição .....	425
2.1    Restituição de valores referentes à retenção de contribuições previdenciárias na cessão de mão de obra e na empreitada.....	425
2.2    Restituição de contribuições para terceiros (SESC, SESI, SENAI, SENAC, SEBRAE etc.).....	426
3    Acréscimo de juros .....	426
4    Reembolso .....	427
5    Discussão administrativa .....	427
<i>Exercícios de Fixação</i> .....	427
 <b>CAPÍTULO 14 – DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO.....</b>	 <b>431</b>
1    Distinção entre decadência e prescrição.....	431
2    Decadência e prescrição no custeio previdenciário.....	431
2.1    Decadência em relação às contribuições previdenciárias .....	432
2.2    Período de atividade do contribuinte individual alcançado pela decadência.....	436
2.3    Prescrição em relação às contribuições previdenciárias.....	436
2.4    Prescrição na restituição e compensação de contribuições....	439
3    Decadência e prescrição em matéria de benefícios.....	441
3.1    Decadência .....	441
3.2    Prescrição.....	442
3.3    Acidente do trabalho.....	442
3.4    Anulação de ato administrativo relativo à concessão de benefício .....	443
<i>Exercícios de Fixação</i> .....	443
 <b>CAPÍTULO 15 – IMUNIDADE DE CONTRIBUIÇÕES À SEGURIDADE SOCIAL.....</b>	 <b>447</b>
1    Isenção ou imunidade? .....	447
2    Exigências estabelecidas em lei.....	448
3    Certificação das Entidades Beneficentes .....	449
3.1    Certificação de entidade de saúde.....	449

3.1.1	Da prestação de serviços ao SUS.....	449
3.1.2	Da prestação de serviços gratuitos na área da saúde.....	450
3.1.3	Das ações e dos serviços de promoção de saúde.....	450
3.1.4	Do desenvolvimento de projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS.....	450
3.2	Certificação de entidade de educação.....	451
3.3	Certificação de entidade de assistência social.....	452
3.4	Entidade com mais de uma área de atuação.....	454
3.5	Competência para concessão da certificação.....	454
3.6	Prazo de validade da certificação.....	455
3.7	Cancelamento da certificação.....	455
4	Requisitos para a concessão da imunidade.....	456
5	Contribuições abrangidas pela imunidade .....	457
	<i>Exercícios de Fixação</i> .....	459
<b>CAPÍTULO 16 – PROVA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO .....</b>		461
1	Competência para a emissão .....	461
2	Exigência da CND ou da CPD-EN .....	462
2.1	Da empresa .....	462
2.2	Do proprietário de obra de construção civil .....	463
2.3	Do incorporador.....	464
3	Prazo de validade .....	464
4	Verificação da autenticidade.....	465
5	Possibilidades de emissão da CND e da CPD-EN .....	465
6	Falta de apresentação de DCTFWeb .....	465
7	Divergência entre os valores declarados na DCTFWeb e os efetivamente recolhidos .....	466
8	Estados, Distrito Federal e municípios .....	466
9	Ato praticado sem apresentação da CND .....	467
	<i>Exercícios de Fixação</i> .....	467
<b>CAPÍTULO 17 – CRIMES CONTRA A PREVIDÊNCIA SOCIAL .....</b>		471
1	Apropriação indébita previdenciária.....	471
1.1	Conduta típica.....	472
1.2	Desnecessidade do ânimo de apropriação para a configuração do delito.....	474
1.3	Bem jurídico tutelado.....	475
1.4	Sujeitos ativo e passivo.....	475
1.5	Pena.....	475

1.6	Extinção da punibilidade.....	475
1.7	Perdão judicial ou aplicação exclusiva da pena de multa .....	477
1.8	Ação penal.....	478
1.9	Aplicação do princípio da insignificância.....	479
2	Sonegação de contribuição previdenciária .....	480
2.1	Conduta típica.....	480
2.2	Pena.....	480
2.3	Extinção da punibilidade.....	481
2.4	Ação penal.....	481
2.5	Bem jurídico tutelado e sujeitos ativo e passivo.....	482
3	Falsificação de documento público.....	482
4	Outros crimes .....	483
5	Regras gerais .....	483
6	Restrições.....	483
7	Apreensão de documentos .....	484
	<i>Exercícios de Fixação</i> .....	484
<b>CAPÍTULO 18 – INFRAÇÕES À LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA....</b>		<b>489</b>
1	Valores das multas.....	489
1.1	Infrações relacionadas à DCTFWeb.....	491
1.2	Falta de inscrição de segurado .....	492
1.3	Falta de comunicação de acidente de trabalho .....	492
1.4	Infrações relacionadas à GPS.....	494
1.5	Órgão gestor de mão de obra.....	494
1.6	Demais infrações .....	495
2	Circunstâncias agravantes da penalidade .....	495
3	Gradação das multas .....	495
4	Auto de Infração – AI.....	496
	<i>Exercícios de Fixação</i> .....	496
<b>CAPÍTULO 19 – RECURSOS DAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS ...</b>		<b>499</b>
1	Processo relativo ao custeio previdenciário .....	499
1.1	Competência para julgar o processo.....	499
1.2	Impugnação.....	500
1.3	Recurso dirigido ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais .....	501
1.3.1	Recurso voluntário.....	501
1.3.2	Recurso de ofício .....	501
1.4	Recurso dirigido à Câmara Superior de Recursos Fiscais .....	502
1.5	Esquema gráfico do processo administrativo fiscal .....	502

2	Processo relativo aos benefícios previdenciários.....	503
2.1	Instâncias recursais.....	503
2.2	Efeito dos recursos.....	504
3	Renúncia à instância administrativa.....	504
	<i>Exercícios de Fixação</i> .....	504
<b>CAPÍTULO 20 – DÍVIDA ATIVA: INSCRIÇÃO E EXECUÇÃO JUDICIAL.....</b>		<b>507</b>
1	Inscrição.....	507
2	Prerrogativas do crédito previdenciário.....	507
3	Requisitos da Lei de Execução Fiscal.....	508
4	Protesto de título.....	508
5	Indicação de bens à penhora.....	508
6	Leilão judicial de bens penhorados.....	509
7	Parcelamento do valor da arrematação.....	509
8	Adjudicação do bem penhorado.....	510
9	Concordância com valores divergentes.....	510
	<i>Exercícios de Fixação</i> .....	510
<b>CAPÍTULO 21 – ESTRUTURA DO INSS.....</b>		<b>513</b>
1	Estrutura organizacional.....	513
2	Direção e nomeação.....	514
	<i>Exercícios de Fixação</i> .....	514
<b>CAPÍTULO 22 – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....</b>		<b>517</b>
1	Beneficiários do RPPS.....	517
2	Custeio do RPPS.....	518
2.1	Contribuição dos servidores ativos.....	519
2.2	Contribuição de aposentados e pensionistas.....	523
2.3	Contribuição do ente federativo.....	524
3	Aposentadorias do RPPS.....	524
3.1	Base de cálculo dos proventos de aposentadoria.....	525
3.2	Aposentadoria voluntária.....	526
3.3	Aposentadoria por incapacidade permanente.....	526
3.4	Aposentadoria compulsória.....	527
3.5	Aposentadorias com requisitos ou critérios diferenciados.....	528
3.5.1	Aposentadoria do professor.....	528
3.5.2	Aposentadoria de servidores com deficiência....	529
3.5.3	Aposentadoria dos policiais.....	530

	3.5.4	Aposentadoria de servidores expostos a agentes prejudiciais à saúde .....	531
4		Regras de transição para servidores ingressos até a data de entrada em vigor da EC 103/2019.....	531
	4.1	Regra do art. 4º da EC 103/2019.....	531
	4.2	Regra do art. 20 da EC 103/2019.....	533
	4.3	Professores ingressos até a data de entrada em vigor da EC 103/2019.....	534
	4.4	Policiais ingressos até a data de entrada em vigor da EC 103/2019.....	535
	4.5	Servidores expostos a agentes prejudiciais à saúde ingressos até a data de entrada em vigor da EC 103/2019.....	536
5		Acumulação de aposentadorias do RPPS .....	537
6		Pensão por morte do RPPS.....	538
7		Acumulação de mais de uma pensão por morte e de aposentadoria com pensão por morte.....	539
8		Benefício especial para os servidores federais que aderirem à Funpresp.....	540
9		Reajustamento dos benefícios .....	542
10		Limite máximo dos benefícios do RPPS.....	542
11		Possibilidade de aplicação de teto equivalente ao do RGPS.....	543
12		Abono de permanência.....	546
13		Um único RPPS por ente federativo .....	546
14		Proibição de criação de novos regimes próprios .....	546
15		Normas gerais de organização, funcionamento e responsabilidade na gestão dos regimes próprios.....	547
16		Extinção de RPPS.....	548
17		Aplicação subsidiária dos requisitos do RGPS.....	549
		<i>Exercícios de Fixação</i> .....	549

## **CAPÍTULO 23 – PREVIDÊNCIA DOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS .....**

		553
1	Introdução .....	553
2	Transferência para a inatividade remunerada.....	554
	2.1 Reserva remunerada .....	554
	2.1.1 A pedido.....	554
	2.1.2 <i>Ex officio</i> .....	555
	2.2 Reforma.....	556
	2.3 Renda mensal dos proventos da inatividade .....	557
3	Pensão militar .....	558
	3.1 Contribuintes obrigatórios da pensão militar.....	558

3.2	Contribuição para a pensão militar .....	558
3.3	Beneficiários da pensão militar .....	559
3.4	Valor da pensão militar .....	559
3.5	Pensão militar para filhas maiores de 21 anos e capazes.....	560
4	Reajustamento dos benefícios com base na paridade entre ativos e inativos .....	560
5	Contribuição para a assistência médico-hospitalar e social do militar.....	560
	<i>Exercícios de Fixação</i> .....	560
<b>CAPÍTULO 24 – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR .....</b>		<b>563</b>
1	Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC.....	564
1.1	Entidades fechadas criadas por patrocinador .....	565
1.2	Entidades fechadas criadas por instituidor.....	565
1.2.1	Órgãos regulador e fiscalizador.....	566
1.2.2	Estrutura mínima para o funcionamento .....	566
1.2.3	Custeio das entidades fechadas.....	566
1.2.3.1	Regimes financeiros.....	567
1.2.3.2	Contribuições normais e extraordinárias .....	567
1.2.3.3	Resultado superavitário .....	567
1.2.3.4	Resultado deficitário .....	568
1.2.3.5	Demonstrações contábeis e avaliações atuariais .....	568
2	Entidades Abertas de Previdência Complementar – EAPC .....	568
3	Beneficiários dos planos de previdência complementar .....	569
4	Planos de benefícios .....	570
4.1	Planos de benefícios de entidades fechadas.....	570
4.1.1	Benefício proporcional diferido – <i>Vesting</i> .....	571
4.1.2	Portabilidade .....	571
4.1.3	Resgate .....	572
4.1.4	Autopatrocínio.....	573
4.2	Planos de benefícios de entidades abertas.....	573
4.2.1	Planos individuais.....	574
4.2.2	Planos coletivos .....	574
4.2.3	Resgate e portabilidade nas entidades abertas...	574
5	Previdência Complementar dos servidores públicos.....	575
5.1	Fixação do teto do RGPS para aposentadorias e pensões do RPPS .....	576
5.2	Instituição do regime.....	576
5.3	Forma de constituição da entidade .....	577

5.4	Modalidade dos planos de benefícios.....	577
5.5	Base de cálculo da contribuição do participante.....	577
5.6	Contribuição do patrocinador .....	578
5.7	Funpresp .....	578
	<i>Exercícios de Fixação</i> .....	580
<b>CAPÍTULO 25 – ASSISTÊNCIA SOCIAL</b> .....		583
1	Conceito .....	583
2	Objetivos .....	584
2.1	Proteção social.....	584
2.2	Vigilância socioassistencial.....	585
2.3	Defesa de direitos.....	585
3	Integração às políticas setoriais.....	586
4	Princípios.....	586
5	Diretrizes.....	587
6	Organização e gestão.....	588
6.1	Sistema Único de Assistência Social (SUAS) .....	588
6.2	Objetivos do SUAS.....	588
6.3	Tipos de proteção.....	590
6.4	CRAS e CREAS.....	591
6.5	Entidades e organizações de assistência social.....	591
6.6	Regulamentação das ações de assistência social.....	592
6.7	Competência da União .....	592
6.8	Competência dos Estados.....	593
6.9	Competência do Distrito Federal e dos Municípios.....	595
6.10	Instâncias deliberativas.....	596
	6.10.1 Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) .....	597
	6.10.2 Competência do CNAS.....	597
7	Benefícios e serviços.....	600
7.1	Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS).....	600
	7.1.1 Suspensão do BPC/LOAS.....	603
	7.1.2 Suspensão do BPC/LOAS em caráter especial...	604
	7.1.3 Cessação do BPC/LOAS.....	605
	7.1.4 Outras informações sobre o BPC/LOAS.....	605
7.2	Benefícios eventuais.....	605
7.3	Programas de assistência social.....	606
7.4	Projetos de enfrentamento da pobreza.....	606
7.5	Serviços .....	606
7.6	Auxílio-inclusão .....	606

7.6.1	Beneficiários do auxílio-inclusão .....	606
7.6.2	Renda familiar mensal <i>per capita</i> exigida para o acesso ao auxílio-inclusão.....	607
7.6.3	Data do início do auxílio-inclusão .....	607
7.6.4	Renda mensal do auxílio-inclusão.....	608
7.6.5	Proibição de acumulação do auxílio-inclusão...	608
7.6.6	Cessação do auxílio-inclusão.....	608
7.6.7	Gestão, operacionaliza�o e pagamento do auxílio-inclusão.....	608
	<i>Exercícios de Fixa�o</i> .....	608
<b>CAPÍTULO 26 – SAÚDE</b> .....		611
1	Introdu�o .....	611
2	Princípios e diretrizes.....	611
3	Sistema �nico de Saúde (SUS).....	612
3.1	Objetivos e atribui�es do SUS .....	612
3.2	Organiza�o, dire�o e gestão.....	614
4	Serviços privados de saúde .....	615
4.1	Participa�o complementar da iniciativa privada no SUS .....	615
5	Aplica�o de recursos em a�es e serviços públicos de saúde .....	615
	<i>Exercícios de Fixa�o</i> .....	617
<b>CAPÍTULO 27 – COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DAS A�OES PREVIDENCIÁRIAS</b> .....		619
1	Benefícios previdenciários comuns.....	619
1.1	Reconhecimento de união estável.....	619
1.2	Juizados Especiais Federais .....	620
1.3	Desnecessidade de prévio requerimento administrativo como condi�o da a�o previdenciária .....	620
2	Benefícios acidentários.....	621
3	Benefício de presta�o continuada da assistência social .....	623
4	A�o de execu�o fiscal .....	624
5	Execu�o de contribui�es previdenciárias na Justiça do Trabalho..	624
6	Mandado de Segurança.....	625
7	A�o Civil Pública.....	626
8	Benefícios da Previdência Complementar.....	626
	<i>Exercícios de Fixa�o</i> .....	627
<b>CAPÍTULO 28 – SÚMULAS PREVIDENCIÁRIAS</b> .....		629
1	Súmulas do Supremo Tribunal Federal.....	629
2	Súmulas do Superior Tribunal de Justiça.....	630

3	Súmulas da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais .....	633
	<i>Exercícios de Fixação</i> .....	636
<b>CAPÍTULO 29 – SEGURO-DESEMPREGO DO PESCADOR ARTESANAL</b> .....		
		639
1	Introdução .....	639
2	Financiamento do benefício .....	640
3	Concessão do benefício .....	640
4	Prazo máximo de duração do benefício .....	640
5	Acumulação com outros benefícios .....	641
6	Cancelamento do benefício .....	641
	<i>Exercícios de Fixação</i> .....	642
<b>GABARITO DOS EXERCÍCIOS</b> .....		643
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....		647